



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA – POLO ACARÁ/PA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECS  
CURSO DE PEDAGOGIA

RICHELLY VALADARES MORAES

**ROÇA DO QUILOMBO DE JACUNDAY, MOJÚ, PARÁ:** na perspectiva da  
Educação do Campo e dos aprendizados das crianças

ACARÁ  
2026

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)**

---

V136r Valadares Moraes, Richelly.  
ROÇA DO QUILOMBO DE JACUNDAY, MOJÚ, PARÁ :  
na perspectiva da Educação do Campo e dos aprendizados  
das crianças / Richelly Valadares Moraes. — 2026.  
38 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Eliana Campos Pojo Toutonge  
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal  
do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de  
Pedagogia, Abaetetuba, 2026.

1. Educação Escolar Quilombola. 2. Roça. 3.  
Saberes. 4. Sistemas Agroflorestais. I. Título.

CDD 300

---

RICHELLY VALADARES MORAES

**ROÇA DO QUILOMBO DE JACUNDAY, MOJÚ, PARÁ:** na perspectiva da  
Educação do Campo e dos aprendizados das crianças

Trabalho de Curso, apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba – PA, Polo de Acará/PA como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Eliana Campos Pojo Toutonge

Data de aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora**

---

Profa. Dra. Eliana Pojo - Orientadora (FAECS-UFPA)

---

Profa. Dra. Eliana Teles Rodrigues (FADECAM-UFPA)

---

Profa. Dra. Tatiana Cristina Vasconcelos Maia (SEMEC/SEDUC)

ACARÁ-PARÁ

2026

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, pelo dom da vida, por me conceder saúde, força, humildade, discernimento, sabedoria, coragem e persistência ao longo dessa caminhada. Foi um período extremamente desafiador, marcado por grandes mudanças em minha vida: nessa graduação também me tornei mãe, morando em outro município e enfrentando diariamente a ida e a volta para a universidade. Mesmo com todo cansaço e dificuldades, Deus me sustentou em todos os momentos e deu-me proteção em cada viagem, sempre sob a intercessão de São Cristóvão, protetor dos viajantes. Sem Ele, eu não teria conseguido chegar até aqui.

À minha família, meu alicerce. Em especial à minha mãe, Rilma Valadares, meu braço direito, que segurou todas as pontas durante essa graduação. Meu filho bebê, foi ela quem cuidou com amor e dedicação, na minha ausência. Sua força e apoio foram essenciais para que eu pudesse continuar.

Ao Meu Filho Ryan Lucca Valadares Pantoja, minha maior motivação e inspiração. Você é a razão da minha persistência e da minha vontade de vencer. Cada esforço foi por você e para você.

Ao meu avô Vitor Valadares (in memoriam) que recentemente nos deixou, mas foi um grande incentivador da educação. Acredito que, onde quer que esteja, está feliz e orgulhoso por essa conquista.

À minha prima e comadre Keyse Valadares, em seu suporte durante toda essa graduação, desde o início até o final desse TC, sempre esteve pronta para me ajudar quando eu precisei. Sua presença e apoio foram fundamentais nessa caminhada.

Aos meus colegas de turma, que direta e indiretamente contribuíram para essa jornada. Em especial, ao meu grupo “AS XIXICAS – Kemilly e Rafaela”, minhas parceiras de trabalhos, de refeições e de vida acadêmica nesse percurso. Vocês tornaram o curso mais leve e significativo. Que essa amizade construída na Universidade se perpetue por muitos anos.

A todos os professores que contribuíram para minha formação acadêmica e humana. Em especial, à minha querida Eliana Pojo, exemplo de profissional e de ser humano, uma orientadora excepcional que me incentivou, acreditou em mim e não desistiu, em nenhum momento. Sua dedicação foi essencial para a concretização deste trabalho.

À comunidade Oxalá de Jacunday minha comunidade, onde esta pesquisa foi realizada. Aos agricultores que se disponibilizaram suas sabenças por meio de entrevistas, aos alunos e à escola de modo geral, minha profunda gratidão. Este trabalho também é uma forma de contribuir para o fortalecimento e valorização do nosso território.

Ao Instituto Perpetuar, pelo apoio e contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa, fortalecendo as ações voltadas à comunidade e colaborando para a construção deste trabalho acadêmico. Sua atuação foi fundamental para a realização e aprofundamento deste estudo.

E, por fim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este momento se tornasse realidade, o meu sincero agradecimento.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
Metodologia .....	12
<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>18</b>
Um pouco mais do Projeto Roça de Direitos .....	18
A agricultura, escola quilombola e as crianças: conversas de Roça.....	23
Os agricultores e a Roça de Direitos.....	27
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>
<b>ANEXO: ROTEIRO DE ENTREVISTA - AGRICULTORES .....</b>	<b>38</b>

## RESUMO

Esta pesquisa aborda a roça no Quilombo Oxalá de Jacunday, Território Quilombola de Jambuaçu, Moju (PA), na perspectiva da Educação Escolar Quilombola, do Projeto Roça de Direitos e do diálogo com as crianças da Escola Municipal Professor Rildo Valadares. O estudo problematiza o valor da roça como parte do processo educativo das crianças nesse território e na educação delas. O estudo objetivou promover e produzir aprendizados por meio da troca de saberes entre crianças e agricultores/as, tendo a roça como centralidade pedagógica. Pesquisa de abordagem qualitativa, envolvendo a pesquisa bibliográfica e de campo, esta última envolveu a observação participante, entrevistas e conversas informais com agricultores/as, também oficinas sobre a roça com as crianças. Os resultados evidenciam que, embora a roça ainda esteja associada ao esforço físico e à monocultura da mandioca, observa-se o fortalecimento de práticas agroflorestais, que ampliam as formas de cultivo e contribuem para a valorização da identidade quilombola e do cuidado com o território. As oficinas revelaram percepções diversas das crianças, apontando tanto vínculos afetivos e o distanciamento em relação ao trabalho na roça. Conclui-se que a integração entre escola, território e a roça constitui caminho fundamental para a construção de uma pedagogia do campo comprometida com a valorização dos saberes, da identidade quilombola e da permanência digna no território.

**Palavras-Chave:** Educação Escolar Quilombola; Roça; Saberes; Sistemas Agroflorestais.

## ABSTRACT:

This research addresses the *roça* (small-scale farming) in the Quilombo Oxalá de Jacunday, located in the Quilombola Territory of Jambuaçu, Moju (PA), from the perspective of Quilombola School Education, the Roça de Direitos Project, and dialogue with children from the Municipal School Professor Rildo Valadares. The study problematizes the value of the *roça* as part of the educational process of children in this territory. It aimed to promote and produce learning through the exchange of knowledge between children and farmers, with the *roça* as a central pedagogical element. This is a qualitative research, involving both bibliographic and field research. The latter included participant observation, interviews, and informal conversations with farmers, as well as workshops about the *roça* with the children.

The results show that, although the *roça* is still associated with physical effort and the monoculture of cassava, agroforestry practices have been re-signifying agricultural work, strengthening quilombola identity and promoting environmental sustainability. The workshops revealed diverse perceptions among the children, indicating both affective bonds and a certain distancing from work in the *roça*.

It is concluded that the integration between school, territory, and the *roça* constitutes a fundamental path for building a rural pedagogy committed to valuing knowledge, quilombola identity, and dignified permanence in the territory.

**Keywords:** Quilombola School Education; Roça; Knowledge; Agroforestry Systems.

## INTRODUÇÃO

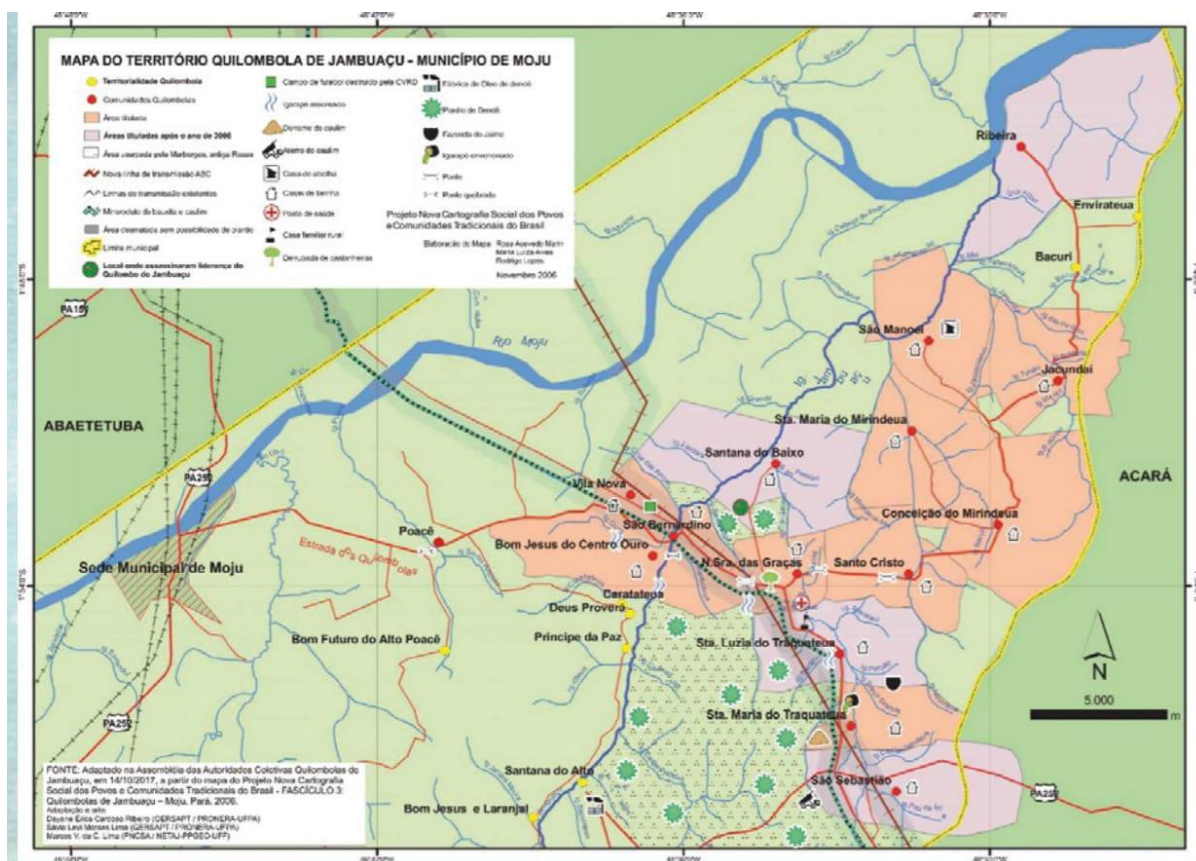
Este Trabalho de Curso em formato de monografia fruto de pesquisa realizada no Quilombo Oxalá de Jacunday, Território Quilombola de Jambuaçu, Moju, Pará. Reflete sobre a roça como legado do quilombo, na perspectiva do Projeto Perpetuar, da Educação Escolar Quilombola e dos aprendizados das crianças. Situada em território rural amazônico, a pesquisa busca compreender a roça não apenas como espaço produtivo, mas como dimensão formativa, identitária e pedagógica no contexto da educação quilombola.

O Quilombo situa-se no Território Quilombola de Jambuaçu, município de Moju, no nordeste do estado do Pará, fica à uma distância de 42 quilômetros da sede do município. O município de Moju encontra-se inserido em um contexto marcado pela expansão de monoculturas, como o dendê, que impactam diretamente o território. Ao mesmo tempo, os territórios quilombolas configuram-se como espaços de resistências, entre outros aspectos, por meio de práticas produtivas sustentáveis e modos de vida que valorizam o cuidado com a terra, as águas e a floresta.

O território quilombola de Jambuaçu (Figura 01) é um dos maiores do nordeste do estado, contemplando quinze comunidades quilombolas as quais integram a associação maior chamada Bambaê. São comunidades quilombolas que compartilham histórias, a produção na terra e lutas. Atualmente, a associação Bambaê representa dez dessas comunidades, incluindo a do território do Jacunday.

Esta comunidade é reconhecida desde 2006, e possui aproximadamente 120 famílias, que atuam em suas terras impulsionando a economia local, dedicando-se principalmente ao cultivo de mandioca e a produção de farinha, sendo a principal fonte de renda.

Figura 01- Mapa do Território Quilombola de Jambuaçu



Fonte: Protocolo de consulta do território quilombola de Jambuaçu. Material impresso.

Historicamente, a roça foi compreendida em muitos contextos como sinônimo de pobreza, sofrimento, lugar de atraso onde não há conhecimento e nem desenvolvimento, visão esta criada pela lógica colonial e centrada na cidade como padrão hegemônico. Nos territórios quilombolas, essa perspectiva negativa ajudou a afastar, em grande medida, os sujeitos quilombolas e do campo da terra e da agricultura, assim como a escola da realidade dessas comunidades, culminando com currículos desconectados do dia a dia das crianças, do trabalho na agricultura e dos saberes. O que reforça a invisibilidade da roça como categoria ancestral e de manutenção da vida, constituindo também como uma prática educativa informal e no ordinário da vida.

Assim, essa compreensão que não reconhece a roça como espaço de transmissão de saber, de trabalho coletivo e de fortalecimento cultural, passou a ser vista como algo oposto ao processo de troca e de ensino, ao invés de fazer parte dele. Para Santos (2023), a roça não é apenas um espaço físico de plantio, mas sim uma

filosofia, uma cosmologia e um modo de existir que articula terra, sementes, animais, território e os sujeitos da comunidade. A roça, segundo este autor, não é separada da vida, nem da educação, nem da identidade quilombola. A roça nesse contexto, não se limita a uma prática produtiva, mas se constitui como modo de vida e categoria identitária dos povos quilombolas, estando profundamente relacionado a cultura, à memória, e a existência no território. Trata-se de uma prática ancestral, transmitida entre gerações, que envolve saberes valores e formas de relação com a natureza, sendo a roça, portanto, elemento central na construção da identidade e do pertencimento dessas comunidades.

Nesse sentido, precisamos ver a roça como lugar onde se constroem e se constituem relações culturais e um modo de vida de muitos territórios quilombolas, como é o caso desse quilombo, de que este estudo trata. Ainda, que possa também, a roça, ser trabalhada na sua valorização com aspectos culturais locais e, dessa forma, proporcione um entendimento positivo para a vida dos/as agricultores/as, uma enaltação do trabalho desenvolvido nela, que olhem para o campo com orgulho e visualizem a roça como possibilidade de progresso, sem o estigma de que só na cidade tem desenvolvimento. Assim, se invalida a ideia de que os conhecimentos produzidos nos quilombos são inferiores, invisibilizando as práticas agrícolas ancestrais e formas próprias de ensinar, aprender e conviver com a terra e em coletividade.

No entanto, nas últimas décadas, essa compreensão sobre a roça vem sendo tensionada a outras leituras de mundo e outras perspectivas da agricultura. No Quilombo de Jacunday, agricultores/as da comunidade não vêm desenvolvendo práticas novas, mas reafirmando e fortalecendo modos tradicionais de fazer a roça, de convívio com a terra, da sua propriedade, fortalecendo relações com o território e reafirmando a roça como espaço de resistência, de aprendizado e de produção de vida.

Sobre essas outras perspectivas da agricultura, destacam-se os sistemas agroflorestais (SAF's), que, embora hoje sejam reconhecidos e estudados no campo acadêmico, têm suas bases nas tradições e práticas ancestrais desenvolvidas por povos indígenas e comunidades tradicionais desde outrora. Os cultivos e práticas da agricultura são uma herança milenar de manejo da terra baseada na diversidade, no respeito aos ciclos naturais e na convivência com a floresta, o que reforça que esse

sistema não é novo, mas sim a continuidade de saberes e tradições históricas desses povos, que se educavam e viviam em associação com cuidado com a terra e que vem sendo desenvolvido por agricultores/as da comunidade. Buscam nesse sistema olhar e produzir uma roça continuada, iniciando pela ressignificação do conceito de roça, cujas práticas priorizam o cuidado com a natureza e o manejo sustentável da terra, isto é, se caracteriza como uma roça sem fogo, que promove a diversidade na produção de alimentos, emanando também a ancestralidade e a sustentabilidade.

Nesse movimento de ressignificação da roça e da valorização dos saberes do território, o Instituto Perpetuar como uma organização quilombola sediada no Quilombo, recentemente lançou o projeto “Roça de Direitos: Agricultura, trabalho digno e Educação”, uma iniciativa voltada dos moradores da comunidade visando o fortalecimento da agricultura familiar quilombola, sob o prisma do acesso aos direitos trabalhistas e o estímulo ao empreendedorismo comunitário e às práticas agroflorestais sustentáveis. O projeto surge a partir de uma construção coletiva entre agricultores, a associação comunitária e a escola local, e dessa forma reafirma o compromisso do Instituto em defesa da identidade, da ancestralidade e da territorialidade como pilares do bem viver quilombola (Instituto Perpetuar, 2025).

O Instituto propõe-se a fortalecer as identidades, as ancestralidades e as territorialidades que conformam o Quilombo Oxalá de Jacunday, por meio da educação, da arte, da cultura e da comunicação. Nesse sentido, busca potencializar as lideranças quilombolas com efetivo processo formativo e informativo voltado a luta pelo território livre e pelo bem viver dos quilombolas. Tem como foco a atuação com a juventude, as mulheres e as crianças em suas infâncias em vista da cocriação de estratégias de cuidado e de resistência em defesa do quilombo e dos quilombolas da Amazônia. Por isso, esse coletivo em 2019 criou a Quilomboteca Osvaldina Valadares, sendo a primeira biblioteca comunitária do território de Jambuaçu, visando a democratização do acesso à leitura no quilombo.

No que se refere ao Projeto Roça de Direitos, este objetiva a promoção dos SAF's nos eixos destacados acima, e entre as ações previstas destaca-se o aquilombamento formativo<sup>1</sup> com os agricultores em primeira instância e, na sequência, com estudantes nas escolas as oficinas formativas.

---

<sup>1</sup> Diz respeito a técnicas de formação em circularidade de saber utilizadas pelo projeto, que envolve os eixos temático: direitos trabalhistas, empreendedorismo quilombola e manejo agroflorestal.

Nesse contexto, e na oportunidade de fazer o meu Trabalho de Curso, este estudo tece reflexões sobre o processo educativo das crianças quilombolas, reconhecendo o território e as práticas agroflorestais como dimensões fundamentais da aprendizagem e da própria autoidentificação como quilombola. Da necessidade de a Escola Quilombola fazer interlocução com tais questões do território. Porque como dito, a Educação Escolar Quilombola conforme estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas (Brasil, 2012), trata de uma modalidade diferenciada da Educação Básica, e nesse caso considera o campo rural amazônico em suas múltiplas territorialidades, ancestralidades e formas específicas de organização social dessas comunidades, por isso a articulação entre escola, território e identidade, conforme sinaliza Sena (2018).

Assim, o estudo traz a seguinte questão problema: Como as práticas dos sistemas agroflorestais (SAF's) podem ser integradas ao processo educativo de crianças em vista de promover aprendizagens contextualizadas que valorizem a relação das crianças com o território quilombola, com a agricultura familiar e com o saber?

Nesta direção, o objetivo geral é promover e produzir aprendizados em trocas entre crianças e agricultores por meio de vivências e práticas sobre a roça. Os específicos são:

- Realizar oficinas com crianças sobre a roça e as práticas agrícolas na perspectiva de valorização dos saberes e da compreensão sobre os sistemas agroflorestais.
- Mapear e dialogar por meio de entrevistas, junto dos/as agricultores/as os saberes acerca do trabalho na/da roça sem fogo, com foco nos registros das transformações adotadas nesse sistema.
- Elaborar uma cartilha educativa visibilizando práticas das roças, fruto dos diálogos com agricultores e as crianças como material didático para a escola e toda comunidade.

A motivação pela temática decorre da trajetória pessoal, acadêmica e profissional da autora deste Trabalho de Curso. Por ser quilombola nesse quilombo, agricultora participante do Projeto Roça de Direitos, mãe, licenciada em Educação do Campo<sup>2</sup>, atualmente professora da Educação Escolar Quilombola na Escola Estadual Rural de Moju-PA.

---

<sup>2</sup> UFPA (2018), com ênfase em Ciências da Natureza.

Portanto, a ideia é articular vida e trabalho, escola e território, acentuando a importância da roça quilombola como problemática educativa, isto é, relacionada com o processo de ensino-aprendizagem das crianças e dos educadores, considerando que historicamente o espaço da terra e da roça tem sido desvalorizado e associado com o atraso, com a negação de possibilidades e essa visão impacta diretamente no agir, no pensar e fazer das crianças, dos jovens e até de adultos, que muitas vezes, não se sentem motivados a permanecer no campo ou reconhecer a agricultura como um modo de vida digno, potente e produtor de conhecimentos.

Então, como docente da Educação Escolar quilombola e participante do referido projeto, se direciona à docência em percurso diante do compromisso com a construção de uma educação que dialogue com o território, com a escola viva e conectada com o trabalho, com a comunidade e com agricultores. Vemos os/as agricultores/as como mestres/as de saberes que podem transmitir às gerações seus aprendizados, e dessa forma visibilizar o local, o território, a tradição, a ancestralidade nos processos educativos formais, ou seja, a roça não é apenas um espaço produtivo, é um território de saberes, de aprendizagem, de identidade e de resistência. Ao trazer a roça como centralidade pedagógica, se aposta em uma outra pedagogia ao/do campo comprometida com a justiça social, com a valorização dos saberes e com a construção de práticas educativas contextualizadas e emancipadoras.

Esse trabalho está estruturado assim: além desta introdução, segue com os caminhos metodológicos situando como ocorreu a pesquisa. Na sequência, os resultados e discussões, enfatizando aspectos como o Projeto Roça de Direitos, as narrativas e saberes dos/das agricultores/as e o diálogo com as crianças. As Considerações Finais, nas quais se retoma as principais reflexões da pesquisa e suas contribuições para uma outra pedagogia do/ao campo e quilombola.

## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, focada na abordagem participativa que envolveu a pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica permitiu “entender o estado atual do conhecimento sobre o tema estudado, auxiliando na fundamentação do trabalho com teorias existentes e lacunas que ainda precisam ser exploradas, sempre acentuando resultados” (Martins e Theóphilo 2016, p. 52). Dessa forma, este estudo tomou como referencial autores que pensam o território, a roça

no/do quilombo e os saberes construídos a partir das vivências com práticas tradicionais de trabalho na terra e com sujeitos quilombolas, por isso a opção principal pelo estudo Santos (2023) em suas contribuições acerca da roça de quilombo, da circularidade e da confluência de saberes. Ainda, Moraes (2018) e Sena (2018) que contribuem também com essa temática, cujas escritas situam o chão do quilombo, a experiência vivida e a relação direta com a terra, com a roça e com a coletividade do quilombo do Jacunday.

Na parte empírica, incluiu as conversas informais e entrevistas com os agricultores familiares que trabalham com SAFs, e que integram o Projeto Roça de Direitos do Instituto Perpetuar, e oficinas com as crianças da escola quilombola. Ainda, fizeram parte observações e o saber da autora que é moradora e agricultora como dito, nessa parte os conteúdos das rodas de aquilombamento formativo realizadas com os agricultores no referido projeto foram relevantes também ao estudo. Ou seja, tais rodas contribuíram para a construção dos dados da pesquisa, sendo consideradas para fins de análise.

Assim, a produção de dados foi marcada por diálogos contínuos por meio de conversas informais, decorrente, como mencionado, de a autora ser participante do projeto e, também, professora da comunidade. Nesse contexto, os dados se deram em uma relação de aproximação com os outros agricultores e as crianças, cujos relatos foram paulatinamente sendo retomados, ampliados e aprofundados ao longo do tempo de investigação. Essa característica conferiu à pesquisa um caráter de escuta, possibilitando a construção dos dados a partir de vínculos de confiança e proximidade. Nesses termos, a autora ser também agricultora e moradora do quilombo, gerou facilidade para realizar o trabalho de campo.

As oficinas aconteceram com as crianças que estudam no Ensino Fundamental, na multissérie num agrupamento que atende do 2º ao 5º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Rildo Valadares, localizada no quilombo Jacunday. Vale ressaltar que a escola atende cerca de duzentos (200) alunos, os quais estão divididos nos níveis da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio Quilombola.

Como parte do trabalho de campo, direcionado pelos procedimentos acima elencados, sobressaiu as oficinas desenvolvidas na escola da comunidade

ênfatizando a roça como caminho e possibilidade de discuss3o, de pr3tica cultural, ancestral e produtiva pelas viv4ncias dos agricultores com as crianç3s.

Como participantes dessas oficinas, escolhemos os alunos do Ensino Fundamental I do 2º ao 5º ano, devido considerarmos v3lido o aprendizado dos estudantes menores da educaç3o b3sica, em que tais sujeitos est3o em fase inicial de sua formaç3o, e começar cedo o entendimento da vida quilombola pela produç3o da roça parece algo importante em vista do resultado adiante, em termos do reconhecimento quilombola. Sem contar que, precocemente, as crianç3s do meio rural j3 sonham em deixar o campo para fugir dessa realidade, e muitas vezes, os pais apresentam como uma vida “sem perspectiva”, devido eles mesmos estarem desacreditados e cansados com o 3rduo trabalho da roça e acabam desvalorizando o pr3prio trabalho. No entanto, 3 fundamental reconhecer que a roça tamb3m se apresenta como um espaço de aprendizado, pertencimento e produç3es de saberes, em que se constroem valores, pr3ticas culturais e ralaç3o com a terra.

Ademais, antigamente quando nossos pais e av3s trabalhavam na roça era um lugar descampado, sem 3rvores, sem sombra, de sol a sol, de muito esforço f3sico, pouco descanso e poucas ferramentas. E mesmo diante dos desafios hist3ricos, a roça nunca deixou de alimentar as fam3lias, guardar saberes, semear sementes e hist3rias, cuidar da terra. Para Santos (2023, p. 66) “Somos da circularidade: começo, meio e começo”. As nossas vidas n3o t3m fim. A geraç3o av3 3 o começo, a geraç3o m3e 3 o meio e a geraç3o neta 3 o começo de novo”. A ideia 3 que em uma l3gica ancestral, aprender, ensinar e viver se entrelaçam, e dessa forma se garante a continuidade da vida no territ3rio, rompendo com o pensamento linear colonial e afirmando a roça e o territ3rio como espaços permanentes de produç3o de conhecimento.

Partindo dessa perspectiva, as oficinas foram embasadas na vertente de uma pedagogia dial3gica e tomando as crianç3s como sujeitos ativos, fontes de saber, e cujo embasamento se sustenta na pr3pria ideia da circularidade e do saber do quilombo conforme proposto por Santos (2023). Tamb3m, nas ideias de uma pr3tica educativa cr3tica nos termos de Freire (2004). Sobre o processo e as produç3es da partilha entre agricultores e as crianç3s, adiante focamos em algumas reflex3es.

Foram realizadas duas oficinas que ocorreram no m3s de dezembro de 2025 fazendo parte da pesquisa e, ao mesmo tempo, fazia parte tais oficinas como segunda

fase do projeto Roça de Direitos. As mesmas foram coordenadas pela dupla de agricultores: a autora deste trabalho e o senhor Pedro Mendes Filho, sendo que cada oficina teve, em média, duração de uma hora e meia e contou com a participação de 18 crianças na faixa etária de 7 a 10 anos.

As oficinas focaram na temática principal “Roça não é castigo, é caminho”, com o objetivo de problematizar a roça na vida dos quilombolas desde a geração avó até a geração netos, desmitificando a ideia de que a roça é castigo e focando na valorização da roça como espaço de vida, de diversidade, de histórias, de identidade e do saber, foram fundamentadas em uma perspectiva dialógica, inspirada em Freire que compreende que ensinar exige respeito aos saberes do educando, partindo de suas experiências e valorizando o conhecimento construído no território.

A primeira oficina foi dedicada à escuta e as percepções das crianças sobre a roça, fundamentada no conceito proposto por Santos (2023), o qual situa a roça como espaço de confluência e biointeração. Na perspectiva de acentuar o conceito pelo olhar das crianças foi promovido a construção do “Mapa das Emoções”, atividade em que elas puderam expressar livremente seus sentimentos, memórias e opiniões sobre a roça vivenciada em suas famílias. Foram também discutidas as representações construídas por elas, acerca desse espaço e com ênfase nas suas falas e experiências.

A segunda oficina, tratou dos SAFs como alternativa de fortalecimento da roça continuada no território. Para melhor compreensão, foi elaborado e apresentado um croqui (Figura 02) construído por um dos agricultores formadores possibilitando às crianças visualizar a organização da roça na perspectiva agroflorestal, evidenciando não como uma inovação recente, mas a continuidade de saberes herdados de gerações, sempre destacando a diversidade, o cuidado com a terra e a continuidade da produção. Esse momento buscou ampliar o entendimento da roça não apenas como prática tradicional, mas como estratégia de resistência, sustentabilidade e bem viver.

Figura 02- Croqui do Sistema Agroflorestal pelo agricultor Pedro Mendes



Fonte: Reynaldo Valadares, 2025.

Nessa etapa, ao final da atividade as crianças construíam o “Varal da Roça” (Figura 03) com os seus desenhos formando um espaço coletivo e de compartilhamento de saberes e opiniões da temática. Neste ponto, novamente Santos (2023), é requerido na discussão ao afirmar que é somente quando alguém se torna compartilhante da terra, da vida, das sementes que passa a existir uma verdadeira roça. Assim, a roça não é somente técnica, é também relação, roça não é só plantio, é também convivência, roça não é só produção, é também compartilhamento. Roça é também garantir bem viver no território.

Figura 03: Varal da Roça construído na oficina com as crianças



Fonte: Reynaldo Valadares, 2025.

Como culminância das oficinas, foram realizadas brincadeiras (Figura 04), que entre tantas houve a dinâmica "Eu sou da roça", em versão adaptada do brincar "O

Mestre mandou". Na brincadeira, as crianças passam a imitar comandos do/a agricultor/a, com expressões e representações corporais das ações na roça (capinar, plantar, roçar, cavar, colher, encoivarar, torrar farinha). A ideia da brincadeira é fortalecer a interação entre as crianças e o fazer dos/as agricultores/as, estimulando o trabalho em grupo e a concepção da roça como vida, aprendizado, vivência e pertencimento.

Figura 04 - Brincadeira educativa realizada na oficina



Fonte: Reynaldo Valadares, 2025.

As oficinas realizadas com as crianças se aproximam da perspectiva freiriana ao promoverem o diálogo entre saberes, em que o agricultor e estudantes constroem conhecimento de forma coletiva, rompendo a lógica hierárquica do ensino tradicional. Outra parte metodológica envolveu os diálogos com e entre agricultores que integram o projeto, na busca de captar e aprender um pouco mais da roça com base em suas narrativas sobre os impactos social, econômico, cultural e ambiental. Ocorreu por meio de entrevistas, de registros fotográficos e muitas conversas informais focado no "antes e depois" da implementação dos SAFs. Por meio das entrevistas foi possível compreender a trajetória de cada agricultor/a, com ênfase ao processo e produção agrícola antes e com o conhecimento da roça sem fogo, acentuando nas narrativas as melhorias alcançadas em termos ambientais, produtivos e sociais, bem como as dificuldades enfrentadas durante a adaptação para o sistema agroflorestal. O conjunto de narrativas nos permitiu perceber um pouco mais acerca dos efeitos concretos dos SAFs em relação ao modo de vida de cada família.

Cabe destacar que todo o processo da pesquisa, pautado nos saberes das crianças e dos/as agricultores/as sobre a roça, foi projetado outro produto articulado

a esse trabalho, assim encontra-se em andamento, a produção de uma cartilha educativa como instrumento didático para uso nas turmas dos anos iniciais da Educação Básica da referida escola, além das reflexões e discussões deste trabalho. Trata-se de um material produzido com uma linguagem acessível, somado a imagens, narrativas e reflexões acerca da roça em conexão à escola, ao território, as visões das crianças e dos agricultores, aos saberes. O objetivo é fortalecer a educação contextualizada e promover a valorização dos aspectos da agricultura na comunidade local.

Para realização desta pesquisa foram considerados os protocolos éticos de pesquisa com seres humanos, por isso as crianças e os/as agricultores/as envolvidos foram informados sobre os objetivos do trabalho e houve o consentimento e a autorização quanto ao uso de imagens e suas respectivas falas. Com as crianças seus responsáveis também concordaram com a participação delas e assinaram os termos.

Da mesma maneira, suas vozes são apresentadas em *itálico* ao longo do texto, como escolha metodológica que afirma a visibilidade e legitimidade dos saberes pelos participantes envolvidos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Um pouco mais do Projeto Roça de Direitos**

O projeto “Roça de Direitos: Agricultura, Trabalho Digno e Educação” conta com o apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos, por meio do edital “Fortalecendo Trabalhadores Informais na Luta por Direitos 2025” – Labora – Fundo de Apoio ao Trabalho Digno. Nesse contexto, a iniciativa se insere como uma estratégia de enfrentamento às violações históricas vividas pelos agricultores quilombolas, especialmente no que se refere à precarização do trabalho, à exclusão de políticas públicas específicas, à insegurança alimentar, à ausência de assistência técnica adequada e às desigualdades estruturais que atravessam o território (Instituto Perpetuar, 2025). O projeto foi construído a partir da escuta de agricultores, lideranças comunitárias e educadores da comunidade, configurando-se como uma ação coletiva que articula formação política, fortalecimento produtivo e valorização dos saberes. A

iniciativa do projeto contempla a participação de dez agricultores e agricultoras da comunidade, selecionados por meio de convite institucional, considerando seu envolvimento com a roça e com as ações coletivas do território. Como incentivo, foram concedidas dez bolsas-semente destinadas a apoiar ações produtivas e formativas, estimulando a autonomia e o fortalecimento territorial dos participantes.

O projeto está estruturado em ações formativas, educativas e de incentivo produtivo, organizadas de maneira integrada. Até então, foram realizadas três rodas de aquilombamento de formação, concebida como espaços coletivos de diálogo e de construção de conhecimento. Tais formações visam ampliar o acesso à informação sobre direitos, fortalecer a autonomia econômica dos agricultores e incentivar práticas sustentáveis no território, alinhadas à realidade quilombola (Instituto Perpetuar, 2025).

Pelo projeto também há mentorias individuais e coletivas, com acompanhamento pedagógico e de organização as duplas de agricultores, garantindo orientação metodológica, de planejamento e de apoio técnico prevendo a integração entre saberes e entre os envolvidos. Por isso, encontra-se em andamento, intercâmbios de saberes entre os agricultores, moradores da comunidade e da escola, na perspectiva do diálogo e da construção coletiva do conhecimento como mencionado.

Ainda, como parte do processo de valorização identitária, o projeto também contempla a produção de materiais de comunicação voltados à visibilização das narrativas quilombolas, fortalecendo a memória, a história e o protagonismo da comunidade. Nessa direção que está em construção uma cartilha educativa já referida aqui.

A partir das formações em rodas de aquilombamento, os participantes integram duplas para realização de oficinas a serem realizadas com estudantes da escola, e as duplas ficam livres para escolher as temáticas, desde que alinhadas com as proposições dessas formações. Tendo em vista as reflexões deste estudo, a opção da temática foi pela roça como espaço de aprendizagem.

Este projeto em análise nesta pesquisa, se afirma pela importância dos saberes como elementos fundamentais na e da educação quilombola. Nesta questão, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012) defendem uma concepção de educação escolar quilombola enraizada no

território, que dialogue com os modos de vida, do trabalho, da organização social e fincada na comunidade a nível da vida social e produtiva.

Assim, para a autora deste trabalho participar desse projeto diz respeito ao reconhecimento e o compromisso em contribuir para fortalecer a memória, a identidade e o protagonismo dos/as agricultores/as quilombolas, ao mesmo tempo, tornar-se uma contribuição da temática pelo viés educativo e de educação quilombola como já dito, no sentido da valorização dos conhecimentos que nascem da e na roça. Portanto, este projeto tem também uma função estratégica na tentativa de pensar escola, a comunidade e a vida de agricultores/as em torno de uma educação que reconheça e celebra a vida no território, que também planta o que come como o arroz, feijão, mandioca, que semeia saber e a esperança por justiça social, climática e racial para as gerações, desde agora. Assim, sintonizada com a Educação Escolar Quilombola:

Deve ter como referência valores sociais, culturais, históricos e econômicos dessas comunidades. Para tanto, a escola deverá se tornar um Ambiente Educativo que concretize o diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local, dar valor ao desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao Território (Brasil, 2012, p. 10).

A educação é um instrumento privilegiado para formar cidadãos capazes de conhecer e compreender, para saber discernir e se propor mudar a sociedade em que vivem. E a escola tem um papel fundamental para que os moradores dos quilombos, usufruam de uma escola sua, da comunidade, na qual a diversidade seja respeitada. Esse processo fortalece a identidade quilombola, elemento estruturante da proposta pedagógica da Educação Escolar Quilombola.

No que se refere a roça como espaço que se cultiva plantas, tem mudado ao logo do tempo. Houve um período que esta tinha muitos tipos de plantas porque não havia monocultura, por isso:

Nossa geração avó dizia que a gente planta o que a gente quer, o que a gente precisa e o que a gente gosta, e a terra dá o que ela pode e o que a gente merece. Então jogávamos todo tipo de semente no mesmo local e a terra fazia a seleção das sementes que ela deixaria germinar (Santos, 2023, p. 58).

Ou seja, a roça compreendida como um espaço de diversidade produtiva, no qual o plantio atende as necessidades, gostos e saberes das comunidades, respeitando os limites e o tempo da terra, como afirma Santos (2023, p. 59):

Plantávamos culturas com ciclos diversos. Um milho de ciclo curto era para comer assado, mais rápido; um milho de ciclo mais longo era para que o pé

de milho crescesse mais alto e rendesse mais pastagem para os animais. Plantávamos uma mandioca com ciclo de seis meses, a macaxeira, mas também plantávamos uma mandioca com ciclo de dois anos. Tirávamos uma e a outra afundava. Tudo era planejado.

Com o decorrer do tempo, a roça diminuiu a diversidade de plantas, e nessa ideia mais uma vez Santos (2023, p. 58) contribui no debate afirmando que “as ciências agrárias chegaram ensinando a plantar apenas espécies de ciclo curto, para colher o mais rápido possível”, além disso foi sendo orientado a plantar uma única cultura por área. Dessa forma, os agricultores que atuam na produção de farinha passaram a concentrar o cultivo da mandioca, reduzindo a diversidade da roça.

A monocultura intensiva provoca riscos, inclusive a dependência econômica de apenas um produto, sem falar que o mesmo que pode haver oscilações de preço no mercado, e quando se atinge um valor mínimo, a insegurança financeira dos moradores da comunidade aumenta, já que há poucas fontes de renda alternativas (Moraes, 2018, p. 10).

No Trabalho de Curso de Moraes (2018) cuja pesquisa enfatizou a diversificação produtiva na agricultura familiar da comunidade, ficou constatado que além dos impactos econômicos, a monocultura traz consequências ambientais, pois a concentração em uma única cultura favorece o surgimento de surtos de pragas e contribui para o empobrecimento dos nutrientes no solo. Inclusive, há muitos estudos sobre a questão, a exemplo, Altieri (2012), afirma que a redução da biodiversidade nesses sistemas favorece o surgimento de pragas e aumenta a dependência de insumos externos. Primavesi (2002) destaca que a repetição contínua da mesma cultura compromete a vitalidade do solo, reduzindo sua fertilidade natural. Já Shiva (2003) aponta que a monocultura promove a homogeneização dos sistemas produtivos, resultando no empobrecimento ambiental e a perda de diversidade biológica. Tais estudos em contextos diversos corroboram para o entendimento de que a monocultura é um sistema produtivo estruturalmente insustentável, no que diz respeito ao ambiente e o social, pois degrada os recursos naturais, fragiliza os ecossistemas locais e compromete a autonomia das comunidades agricultoras.

Voltando ao projeto Roça de Direitos, vista como experiência positiva e em desenvolvimento na comunidade, podemos dizer que práticas agrofloretais vêm sendo intensificadas na produção dos/das agricultores/das mas, também, precisam ser integradas ao cotidiano escolar como forma de aprendizagem contextualizada, para a valorização da ancestralidade e do fortalecimento de vínculos das crianças com o território. Em relação à Educação Escolar Quilombola, a roça é uma política

local que precisa estar no currículo como direito de todas as pessoas se educarem em outras lógicas humanas, a de outras aprendizagens e contextos de vida.

Assim, discutir a roça é dialogar com os saberes, reconhecendo a roça como espaço de produção, de conhecimento e de identidade (Brasil, 2012). Enquanto, para Santos (2023), os territórios tradicionais são espaços de existência e resistência, em que o saber é construído na relação com a terra e a coletividade. Assim, articular escola e agrofloresta significa fortalecer o vínculo das crianças com o território, promovendo pertencimento, autonomia e continuidade cultural.

Nesta perspectiva de valorização e aprendizado, o projeto se inspira no princípio da confluência de saberes e fazeres, por meio de mentorias e formações com e aos agricultores visando como mencionamos, fortalecer práticas que dialogam com os SAFs, com o manejo tradicional da terra e com o pertencimento territorial. E ao levar esses saberes para a escola, se contribui para desmistificar a ideia de que a roça é lugar de atraso, reafirmando-a como espaço de ciência, de cultura, de ancestralidade e sustentabilidade.

Porém, essas sementes são poucas, e em maior intensidade na comunidade encontra-se, a desvalorização por parte das próprias crianças e das famílias da roça, embora seja concretamente um espaço de profunda sabedoria e identidade quilombola. Isso acontece porque, com o passar do tempo, muitos conhecimentos da roça e da terra foram sendo desconsiderados e, ainda mais, em relação aos ensinamentos dos livros. Mesmo sendo o território e a roça, espaços de sabedoria e de identidade local (quilombola), especialmente a roça enfrenta essa visão.

Como explica Santos (2015), os saberes dos povos tradicionais, muitas vezes, não recebem o reconhecimento que merecem, mesmo sendo construídos na prática, na convivência e na relação com o território. Por isso, valorizar a roça como espaço de aprendizado é também uma forma de preservar a história e a identidade da comunidade. Essa compreensão da roça como espaço educativo dialoga com os princípios da Educação Escolar Quilombola, que precisam aprender a reconhecer o território e as práticas tradicionais como dimensões formativas do processo escolar e educativo.

No caso do projeto, o mesmo configura-se uma estratégia concreta de enfrentamento à desvalorização dos saberes da roça, na medida em que busca articular formação, incentivo produtivo e visibilização das narrativas quilombolas.

Dessa forma, as ações propostas não se limitam apenas ao apoio técnico, mas também assume um caráter formativo, identitário e político.

### **A agricultura, a escola do campo e as crianças: discussões da Roça de Direitos**

Nas oficinas com as crianças houve diferentes opiniões compartilhadas. Sobre a roça tiveram falas positivas e, outras nem tanto. A maioria comentou que gosta de planta e que sente prazer em colher, considerando a roça um lugar bonito e legal. Essas respostas mostram que as crianças estabelecem uma ligação afetiva e prática com o cultivo e com a terra.

A tabela abaixo apresenta, em parte, opiniões e desenhos produzidos pelas crianças em momentos das oficinas com percepções sobre a roça em seu cotidiano, traduzindo o processo vivido e registrado durante as atividades.

**Tabela 1** – Vozes e desenhos das crianças na Oficina “Roça não é castigo é caminho”

*Meus pais me levam, às vezes, pra roça, mas eu não gosto muito, a única coisa que eu gosto de lá é plantar (Glenda, 7 anos).*



*Eu acho a roça muito legal e bonita, tem muitas frutas no SAF de casa (Paola, 10 anos).*



*Eu não gosto de ir pra roça, porque é muita queimada, toco e sol (Zaquiél, 9 anos).*



*Na minha roça só tem mandioca (Renan, 7 anos).*



*Eu vou pra roça com o vovô tirar carvão (Carlos Eduardo, 10 anos).*



Fonte: Richelly Valadares, 2026

Percebemos que houve diversas representações sobre a roça, algumas associadas a monocultura de mandioca, demonstrando que esse tipo de cultivo é majoritário na rotina familiar. Neste aspecto, convém esclarecer que hoje os agricultores/as da comunidade de Jacunday estão voltando a ampliar a diversidade de plantas na roça, adotando os sistemas agroflorestais, como roça continuada que cuida da terra assim como a terra cuida da gente, em que combina o cultivo de plantas que serve para alimentação com uma diversificação de árvores como açaí, cupuaçu,

cacau, laranja, acerola, banana, mamão e outros. Segundo Santos (2023, p. 59) “Sabíamos, contudo, que se plantássemos uma única espécie de semente no mesmo lugar, quem costumava se alimentar de diversas plantas iria comer só aquela”, logo a roça na visão do autor não se configura um sistema de exclusão, mas de confluência. Assim, em vez de plantar só mandioca, teríamos várias espécies crescendo juntas, como as árvores que dão sombra e plantas que melhoram o solo e dão alimento, ou seja, uma combinação de plantas agrícolas, aquelas que produzem o que comemos, com árvores que não produzem alimentos, mas que podem servir para alguns bichos. Podemos dizer que são estratégias de cultivo que melhoram a saúde do solo porque aumentam os processos de ciclagem dos nutrientes absorvidos pelas plantas para seu crescimento e desenvolvimento. Além de melhorar a infiltração da água no solo protegendo a terra do processo de erosão.

Dessa forma, criamos um pequeno ecossistema com muitos benefícios: o solo fica mais fértil e saudável, as árvores protegem contra a erosão e temos mais opções de colheita, como frutas e madeira, além de constituir uma forma sustentável de cultivar, em que a terra descansa, se recupera e produz por muito tempo (Cardoso, 2011).

No aspecto negativo, os registros e falas das crianças apontaram que não gostam de sol forte, das queimadas e de capinar, essa última atividade foi mencionada por uma parcela significativa delas. Tais opiniões revelam a dificuldade e o desconforto com o trabalho da roça, especialmente associado ao esforço físico e as condições ambientais. Ou seja, embora a roça esteja presente no cotidiano comunitário, parte das crianças demonstraram pouco interesse pelas atividades agrícolas. Esse distanciamento revela uma contradição: viver no território não garante, automaticamente, identificação com ele. Esse afastamento pode ser explicado pelo que Santos (2023) fala sobre como, ao longo da história, os conhecimentos e formas de vida, tradicionais, têm sido desvalorizados, muitas vezes considerados inferiores em comparação com os modelos urbanos e industrializados. Além disso, Arroyo (2012) aponta que, quando a escola não conversa com a realidade do campo, ela acaba reforçando a ideia de que o trabalho rural é algo atrasado. Nesse caso, as crianças não são estimuladas a conviver e conhecer a fundo o território onde vivem.

No que diz respeito a visão dos sistemas agroflorestais, foram bem poucas as crianças que desenharam ou falaram sobre o assunto, a maioria das falas e dos desenhos estiveram associados à roça em sua forma mais tradicional, marcada principalmente pelo cultivo da mandioca, o que nos conduz a pensar que a roça continuada e diversificada nos termos discutidos por Santos (2023) ainda não faz parte do saber e da percepção das crianças. Essa visão do autor, nos pareceu ser desconhecida ou pouco utilizada na rotina da maioria dos agricultores, logo, também sendo desconhecida por parte das crianças. Além disso, algumas crianças associaram a ideia de roça com o forno de carvão, atividade que seus familiares praticam como forma de trabalho e fonte de renda. Essas representações mostram que, para essas crianças a roça não está ligada apenas ao plantio, mas também a outras práticas relacionadas ao uso da terra e da floresta.

Nos resultados, as falas das crianças evidenciaram uma associação da roça com a queima, com o carvão, com o sol forte e com a capina, aspectos presentes em suas vivências e nas narrativas familiares. A queima apareceu como prática recorrente, sendo compreendida por elas como parte natural do preparo da terra, historicamente utilizado nas atividades da roça na comunidade.

Assim, mesmo sendo a roça parte do cotidiano da comunidade e da história do território, muitas crianças expressaram incômodo em relação ao trabalho sob o sol forte e as atividades consideradas pesadas. Esses aspectos revelam um distanciamento afetivo e simbólico em relação ao trabalho tradicional, ainda que ele constitua elemento central da identidade territorial.

Tal assertiva ou contradição acima, pode evidenciar que as novas gerações estão mudando a maneira de se relacionar com o território, isso revela um conflito entre manter as tradições, o trabalho e as experiências que tiveram na infância. Por isso a roça, ao mesmo tempo, é o local onde as pessoas se sentem pertencentes e, também, um espaço de esforço físico e desconforto, mostrando que o significado do território pode ser diferente dependendo da pessoa. De modo incipiente, as percepções das crianças sobre a roça são variadas, construídas por diferentes experiências familiares, tanto econômicas quanto culturais.

Nesse contexto, vemos promissor fazer do ato educativo algo informal e vivido também fora do ambiente escolar. A roça, a casa de farinha e o quintal de casa, pode ser compreendido como um espaço educativo, onde se constroem saberes por meio

de reflexões acerca da convivência e da coletividade no mundo rural amazônico. Freire (2004) afirma que a educação se dá nas relações sociais e na troca de experiências, o que inclui o diálogo e os espaços informais, nesse sentido os saberes da roça é espaço de construir conhecimentos de forma contextualizada. Santos (2023) reforça que os territórios tradicionais são espaços de produção de conhecimento, sendo a roça e suas práticas como a casa de farinha lugares de transmissão de saberes ancestrais. A roça e a casa de farinha funcionam como escolas vivas, de partilha de saberes.

### **Os agricultores e a Roça de Direitos**

O projeto Roça de Direitos se processa como uma experiência construída pela/na comunidade, visando desmistificar a roça vista como espaço de trabalho árduo, nesse sentido relata o agricultor José Augusto (56 anos, entrevista em 2026):

*No começo a gente mexer com a roça era um sacrifício, era tudo braçal, tudo na dificuldade, a gente roçava, derrubava, queimava, plantava, depois ia capinando, arrancava a mandioca e carregava no paneiro nas costas, era mais dificuldade. Hoje se torna um pouco mais fácil porque já tem uma roçadeira pra roçar e antes era tudo no braço, tudo no terçado. Depois, chegou o motosserra pra derrubar os paus e antigamente era no machado mesmo, fazia o mutirão pra cortar, derrubava o roçado no machado.*

Pode se dizer que um dos aspectos de dificuldade no trabalho era e persiste, a monocultura da roça de mandioca que se observa como um ciclo vicioso como afirmam os/as agricultores/as, respectivamente:

*Antes a dificuldade era maior porque era só roça. Preparava a área, roçava, derrubava, queimava para plantar e a plantação era somente mandioca, no outro ano tinha que repetir (Milton Oliveira, 54 anos, entrevista em 2026).*

*Cresci vendo meus pais trabalhando no cultivo da monocultura da mandioca, era um trabalho cansativo e trabalhoso porque puxava muito pelo esforço físico (Luana Moraes, 35 anos, entrevista em 2026).*

Observamos no relato dos agricultores a partir de experiências vividas, uma descrição precisa do quanto a monocultura da mandioca representou para as famílias como trabalho pesado, desgastante, sem diversificação e motivação, um trabalho exaustivo.

O estudo sobre a roça, reafirma que roça com uma única cultura não apresenta vantagens e incentivos para continuar trabalhando. Novamente, mais um agricultor afirma o esforço físico excessivo, uma produção feita em larga escala de ações e o uso de grandes quantidades de terra. *Antes, a gente fazia a roça, de duas, três, quatro*

*ou oito tarefas. Se não fosse esse tanto, a gente não queria, não dava pra gente. A gente se desgastava muito porque tinha que botar a mandioca, tinha que fazer a farinha, a renda era pouca e a gente passava maus tratos, se alimentava mal* (Ronivaldo Mendes, 51 anos, entrevista em 2026).

Como se observa, além do/a agricultor/a fazer todo o processo da limpeza da área que eram espaços grandes, tinha o processo do beneficiamento da farinha, pois como se trabalhava com a monocultura precisava produzir bastante para poder suprir as necessidades básicas da família, e mesmo assim, muitas vezes, não supria, porque tinha muito trabalho e a comercialização dependia apenas de um produto. Sem contar que, *a roça que nós fazíamos antes, noutra ano mudava de lugar, e a gente não aproveitava o que tinha de aproveitar da roça, a gente mais estragava o produto e a gente fazia só a farinha*, conforme explicou o agricultor Ronivaldo Mendes.

Nesse contexto, a produção estava centrada na farinha de mandioca e as roças eram constantemente deslocadas de lugar, e o trabalho tornava-se ainda mais intenso e exaustivo, exigindo maior esforço físico e dedicação da família. Um pouco mais desse contexto comenta o agricultor Hamilton do Carmo (48 anos, entrevista em 2026): *Aí acabou de ir lá, tirou aquela mandioca tudinho, a terra ficava largada pra trás, porque no tempo dele era só assim. Fazia sete, oito tarefas. Quando tirava toda aquela mandioca, ficava pra lá o capoeirão pro mato*. A partir dos relatos vemos a limitação e o aproveitamento da terra, que contribuem para o desgaste do solo e da força de trabalho, pois a roça era aberta apenas para um único fim produtivo, mesmo possuindo outros derivados. Hoje, ao refletir sobre a roça, os/as agricultores/as não consideram a roça de forma negativa, mas produtiva e com bons resultados. *Hoje não estamos fazendo muito esforço com negócio de roça. Ela exige mais do corpo da gente, porém, com uma distinção importante, entre a roça como prática cultural e a roça como modelo exaustivo de produção*, assim aponta o agricultor Hamilton do Carmo, (48 anos, entrevista em 2026).

Outro fator evidenciado nos resultados dessa pesquisa, diz respeito as condições climáticas, especialmente a da exposição intensa ao sol durante o trabalho na roça, como apontam os agricultores 5 e 6:

*Na época como trabalhava na roça de mandioca era muito no amplo, descampado, pegava muito sol* (Hamilton do Carmo, 48 anos, entrevista em 2026).

*A roça a gente derruba tudo e toca fogo, né? Então quer dizer que quando a gente vai trabalhar ali, está amplo e o sol fica forte na nossa costa. Antigamente era no lavrado mesmo, não tinha esse negócio de sombra não (Ronivaldo Mendes, 51 anos, entrevista em 2026).*

Como se observa, as condições ambientais também influenciavam diretamente na dinâmica do trabalho na roça, pois além das múltiplas tarefas envolvidas na produção da farinha, os/as trabalhadores/as enfrentavam fatores climáticos que intensificavam o cansaço e impactavam na saúde.

*Naquela época a gente trabalhava debaixo do sol quente mesmo, no descampado, não tinha nem uma árvore porque a gente botava fogo em tudo. A terra era nua, o sol forte e isso cansava demais a gente. Muitas vezes eu adoecia, minha família adoecia, porque era o dia todo no sol quente na cabeça e quando acabava o serviço na roça ainda tinha que vir com o painço cheio para a beira. Dava uma quentura tão grande no corpo. Muitas vezes pegava chuva com o corpo quente, e vinha o resfriado, ficava ruim da garganta, o corpo ficava quebrado. Era puxado (Pedro Mendes, 59 anos, entrevista em 2026).*

A exposição ao sol durante longas jornadas de trabalho aumentava o desgaste físico, causando cansaço excessivo e até o adoecimento. Dessa forma, percebe-se que o trabalho na roça se tornava duplamente pesado pela produção e, também, pelas condições ambientais adversas, com danos à saúde dos/as agricultores/as.

O certo é que esse contexto histórico da roça tradicional dos agricultores marcou, porém, eles ainda continuam desempenhando atividades na agricultura, mas já abandonaram significativamente a roça de mandioca e acrescentaram outras culturas. *Em vez de ser só roça de mandioca, já foi entrando uma plantação pelo meio dessa roça*, assim afirma o agricultor Hamilton do Carmo (48 anos, entrevista em 2026). Dessa forma, já se constata roças com culturas de curtos prazos, a nível de experimentação.

*Na roça começamos a produzir primeiro foi a banana, plantei abacaxi, plantei maracujá, foram as primeiras colheitas que nós fizemos, plantei também mandioca. E depois veio o açaí com cacau, pimenta e o cupuaçu, então foi esse o primeiro momento (Ronivaldo Mendes, 51 anos, entrevista em 2026).*

A diversificação apresentada pelo agricultor não se configura como uma ruptura no modo de produção, mas como uma reorganização e fortalecimento de práticas já presentes no contexto da roça. Assim, se evidencia a continuidade de saberes, expressos aqui por meio de uma diversidade de cultivos, permitindo que o agricultor plante, colha e permaneça no território, mantendo a relação com a floresta e com a biodiversidade. Sob este prisma comenta a agricultora Luana Moraes (35 anos, entrevista em 2026): *Cuidando da natureza, da produção diversificada, da*

*alimentação saudável, e com maior renda mensal para as famílias, garantindo nutrientes no solo, sombra e a permanência da biodiversidade de animais e plantas.* Ou seja, os moradores do quilombo já compreendem que a roça contribui para a preservação ambiental, para a redução dos desmatamentos, e com possibilidade de colheita e geração de renda.

Embora, sabendo que o trabalho na roça exige, sim, esforço físico e dedicação constante, os/as agricultores/as apresentam satisfação, como dizem: *meu trabalho é cansativo, mas ao mesmo tempo prazeroso, pois cuidar da agricultura é também cuidar da vida. Não tem sensação melhor, do que produzir nosso próprio alimento* (Luana Moraes, 35 anos, entrevista em 2026), assim é um esforço gratificante porque embebido de valor e sentimento pela coletividade.

Dessa forma, o projeto Roça de Direitos pelo Instituto Perpetuar busca também levar a roça para dentro das escolas, mostrando às crianças que a roça é território de saber, de modo de vida atrelado à agricultura, que precisa ser discutido na escola do quilombo – na Educação Escolar Quilombola como é afirmado na legislação específica -, para que os sujeitos e os modos de vida sejam valorizados, em que o saber e a tradição do quilombo sejam preservados, e assim continue presente nas vivências comunitárias. Até porque, muitos percebem que é *uma geração que está crescendo sem esses conhecimentos*, conforme reflete o agricultor Milton Oliveira (54 anos, entrevista em 2026).

Assim, a Educação Escolar Quilombola assume um papel fundamental, ao envolver conhecimentos ancestrais, culturais e territoriais que precisam ser valorizados contribuindo para uma educação contextualizada, como afirmam as diretrizes (Brasil, 2012). Esta educação diferenciada considera as formas específicas de organização social, cultural, territorial e econômica das comunidades, garantido que a prática pedagógica esteja conectada à realidade do território. Essa perspectiva também se aproxima do pensamento de Gomes (2012), ao afirmar que as populações quilombolas possuem saberes, memórias e conexões com o território como elementos essenciais ao processo de ensino-aprendizagem no âmbito escolar.

Sob este prisma, os/as agricultores/as afirmam que, *o saber científico e o saber popular precisam andar juntas e não separados como vem acontecendo, um complementa o outro e a escola precisa trabalhar essas questões no dia a dia do educando* (Luana Moraes, 35 anos, entrevista em 2026). Essas visões reforçam a

necessidade de integração entre a escola e a comunidade, entre a cultura e a ciência, entre a teoria e a prática, entre o saber e o ensino, e em se tratando da roça como espaço de produção e de saber, se constitui também elemento de problematização e de formação.

Soma-se a isso, a preocupação com as novas gerações. Neste aspecto, os/as agricultores/as destacam que muitos jovens estão se formando em várias profissões, o que é importante e preocupante, ao mesmo tempo, porque a agricultura está sendo deixada de lado.

*Eu sempre falo, tem gente que está se profissionalizando para muitas coisas, outros cargos, mas estamos esquecendo a nossa agricultura. Aí eu te pergunto, o que vai acontecer? Todo mundo vai se formar em médicos, e advogados, todo mundo vai se formar em não sei no que, outros e outros. E vão comprar produtos onde? Produto industrializado? O produto contaminado de agrotóxico e veneno? (Ronivaldo Mendes, 51 anos, entrevista em 2026).*

Vemos a preocupação com o fortalecimento da produção local e com a segurança alimentar da comunidade como algo relevante, pois a questão não é a formação em si, mas o risco de os jovens se distanciarem das raízes produtivas e do território onde vivem. Formar para significar o campo, para ampliar conhecimentos e em prol da vida individual, mas pensar também em fortalecer a comunidade.

Ainda, é notável na comunidade e na região, uma mudança na participação da família na roça e com diferenças, como é o caso do contexto familiar. *Antes a mão de obra da agricultura familiar era pai, mãe e filhos. Hoje já se percebe pouca participação dessas crianças no grupo, até mesmo da juventude* (Milton Oliveira, 54 anos, entrevista em 2026). É real a diminuição da presença dos membros de uma mesma família no trabalho da agricultura, de modo geral.

Sabemos que as crianças que vivem no campo não são obrigadas a se tornarem agricultores/as e nem ficar no campo para sempre, sem contar com o desejo de seguirem para outras profissões. Somado ao imaginário social e até ao entendimento de muitos, de que o campo não contempla possibilidades. No entanto, é importante que as crianças e jovens reflitam, aprendam, problematizem sobre os sentidos, de viver no campo e do campo, sobre a alimentação que se come assim como o sentido de pertencimento, de identidade como filho/a de agricultores/as e a valorizar a Amazônia, seu território e ambiente, sem contar que a sua permanência é essencial para a continuação da roça.

Estamos tratando do valor patrimonial dos saberes tradicionais do quilombo e da terra, da agricultura e da relação campo-cidade, todos em direção ao trabalho pedagógico dentro e fora da escola, para que as crianças quilombolas conheçam e se reconheçam a partir da realidade em que vivem.

Nesse sentido, o Projeto Roça de Direitos vem se colocando nessa tarefa, de uma outra compreensão da roça ligada não somente a *fazição* de farinha, da queimada e do trabalho braçal, mas na ótica da vida humana no campo, ao modo do que afirma a agricultora Luana Moraes (35 anos, entrevista em 2026) roça é conviver *em conexão com a natureza*, ou seja, é vida, pertencimento, saber e cuidado com/no território e com o outro.

Hoje os/as agricultores/as da comunidade de Jacunday, vem fortalecendo e ressignificando práticas que fazem parte de sua história, e situada, atualmente, como os SAFs. Esses sistemas se configuram como estratégia de reorganização e de fortalecimento do modo de ver e fazer a roça, priorizando formas de manejo que respeite o território e a terra. Visando garantir o direito de plantar e continuar produzindo, ao mesmo tempo, preservando o território, dando continuidade à vida, mostrando que a roça continua sendo um direito, porque prioriza a vida com dignidade e respeito com o lugar, com o território quilombola.

*[...] hoje a gente já não agride a natureza, porque não queima, já faz de outra forma, fica a matéria prima no chão, na terra, para poder estar dando sustento para a planta. [...] esse modelo de agricultura agora está sendo muito significativo, mesmo porque ela não agride a natureza, a gente faz tudo para que a natureza permaneça lá. Eu não pretendo queimar mais, quero sim ainda poder plantar uma mandioca, colher uma mandioca, mas em áreas pequenas é só para o consumo, mas não queimando, sem queimar (Miguel Ângelo, 59 anos, entrevista em 2026).*

É importante compreender que o uso do fogo está inserido em práticas construídas ao longo do tempo, relacionadas a formas de manejo do solo desenvolvidas pela população do campo. No entanto, no contexto atual, os/as agricultores/as vêm fortalecendo e ressignificando suas práticas, a exemplo da introdução dos Sistemas Agroflorestais, que se baseia na diversidade, na conservação do solo e relação com a natureza. Configura-se, assim, um processo de adaptação e ressignificação, no qual os saberes seguem presentes, ao mesmo tempo, se organizam formas de cuidado com o território. Por meio dos SAFs, a roça constitui-se espaço de resistência, conhecimento e permanência no território. Exercido com responsabilidade e respeito à natureza.

*O SAF se tornou muito melhor pra gente porque a gente já não destrói a floresta e a gente planta de acordo com a nossa possibilidade. Deixa sempre a floresta em pé (Edilma Mendes, 51 anos, entrevista em 2026).*

*O SAF é totalmente diferente, porque você produz o ano todo, você não fica mudando de um lugar pro outro, você permanece ali mantendo a limpeza e fazendo a manutenção daquela área (Pedro Mendes, 59 anos, entrevista em 2026).*

As falas dos agricultores evidenciam que o uso do fogo faz parte de práticas de manejo construídas historicamente no contexto da roça, como parte dos saberes desenvolvidos ao longo do tempo. Sendo que na atualidade, empreendido o fortalecimento de outras formas de cultivo, baseadas na permanência da matéria orgânica no solo e na diversidade de cultivos, esse modelo representa uma alternativa ambientalmente sustentável, em vista de transformar as condições de trabalho e de organização da produção. Diferentemente da roça de mandioca, que exigia deslocamentos constantes e abertura de novas áreas, o sistema agroflorestal permite a permanência e a continuidade no mesmo espaço produtivo. Essa permanência também está associada a melhores condições de trabalho e à valorização dos recursos naturais presentes no próprio sistema, assim explica o agricultor Ronivaldo Mendes (51 anos, entrevista em 2026):

*No SAF a gente tem várias árvores fazendo sombra, e aí a gente ainda deixa as árvores que são nativas, porque elas servem de ervas medicinais. Pra fazer um chá, um remédio pra gente tomar. A gente trabalha no SAF, debaixo das árvores e na sombra. E na roça de antigamente era no sol quente.*

A fala evidencia que o sistema agroflorestal, além de possibilitar a produção contínua, proporciona alívio ao sol e preserva espécies nativas para usos medicinais, reforçando a relação de cuidado com a natureza.

As entrevistas realizadas com agricultores e agricultoras quilombolas do Quilombo de Jacunday revelaram que a roça constitui um espaço histórico, social e cultural que vai além da produção, do plantio e da colheita de alimentos. Trata-se de um modo de vida e de pertencimento, que precisa ser transmitido às novas gerações, como afirma o agricultor José Augusto (56 anos, entrevista em 2026): *Nós, como quilombolas, deveríamos ter um ensinamento para as novas gerações sobre como plantar roça, como cuidar dela, como plantar os SAFs e como cuidar deles. É muito importante, porque isso segue e está dentro das nossas origens.* Diante disso, torna-se fundamental aproximar a escola e a comunidade, valorizando a roça quilombola como parte da identidade, da memória e da vida coletiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou refletir sobre a roça como espaço educativo, produtivo e de pertencimento territorial, tendo como base o Projeto “Roça de Direitos: Agricultura, trabalho digno e Educação”, desenvolvido pelo Instituto Perpetuar no Quilombo Oxalá de Jacunday, no Território Quilombola de Jambuaçu, Moju, Pará. A pesquisa se propôs promover e produzir aprendizados em trocas entre crianças e agricultores/as por meio de vivências e práticas de roça.

Como resultados podem ser evidenciados, em primeiro lugar, que a roça ocupa um lugar central na vida das famílias quilombolas de Jacunday, sendo ao mesmo tempo, espaço de trabalho, de memória, de identidade e de resistência. Para Santos (2023) a relação dos povos quilombolas com a natureza não é de exploração, mas de convivência, reciprocidade, respeito a terra e coletividade. As narrativas dos agricultores e agricultoras revelaram uma trajetória marcada pelo esforço físico intenso com a monocultura da mandioca em larga escala, ocorrendo o desgaste do solo pelas queimas constantes da roça e pelas condições ambientais adversas que chegavam a comprometer a saúde das famílias. Esse conjunto de fatores negativos em relação à roça configurava um ciclo de trabalho exaustivo, de baixo retorno econômico e ambientalmente insustentável, que marcou gerações de agricultores e agricultoras do quilombo.

Em segundo lugar, observa-se que os/as agricultores/as do Projeto Roça de Direitos vêm fortalecendo, por meio dos sistemas agroflorestais, formas de trabalho da roça que dialogam com seus saberes, reorganizando o manejo e ampliando a diversidade de cultivos. Nesse processo, práticas como a redução do uso do fogo e do monocultivo passam a ser articuladas a outras formas de cultivo, baseadas na permanência da roça, no cuidado com a terra e na diversidade.

A roça sem fogo, com suas múltiplas culturas, com a presença de árvores nativas e a produção ao longo do ano, evidencia não apenas uma alternativa ambiental e econômica, mas a continuidade de modos de fazer a roça que apontam para a permanência das futuras gerações no território.

Nas conversas informais e entrevistas com os/as agricultores/as ficou evidente que as mudanças implementadas trouxeram impactos positivos nos aspectos ambientais, econômicos e culturais. Os participantes destacaram que a roça continuada sem uso do fogo e com diversidade de cultivos, tem garantido produção

ao longo do ano, melhoria do solo e maior estabilidade financeira. Outro elemento ressaltado, foi o mutirão, prática tradicional de trabalho coletivo, em que alguns agricultores se organizam em grupos para colaborar nas roças uns dos outros. Essa prática foi apontada como um dos maiores aspectos positivos, pois fortalece os laços comunitários, reafirma a solidariedade e mantém viva a tradição ancestral de ajuda mútua.

Ao lembrarem de suas trajetórias, os/as agricultores/as reconhecem que embora o trabalho na roça sempre tenha sido marcado por esforço intenso, hoje vivenciam com satisfação e esperança. Relataram ter orgulho de produzir seus próprios alimentos, garantir o sustento de suas famílias e contribuir para a preservação da floresta, reafirmando a importância de uma agricultura que mantenha a Amazônia de pé e fortaleça a autonomia do território quilombola.

Em terceiro lugar, a oficina “Roça não é castigo, é caminho” realizada com as crianças do Ensino Fundamental da Escola Professor Rildo Valadares, revelou percepções diversas e, por vezes, contraditórias sobre a roça. Embora muitas crianças expressem carinho e relação afetiva com o cultivo e com a terra, parte delas demonstrou incômodo com o esforço físico e com as condições de trabalho, especialmente as queimadas, o calor. Evidenciou que viver no território não garante, por si só, identificação com ele, e situando a necessidade de uma educação contextualizada que aproxima as crianças da roça não como lugar de sacrifício, mas como espaço de saber, de diversidade e de pertencimento quilombola.

Ademais, fruto dessas discussões e do compromisso com a roça e com a Escola quilombola, em transformação, neste trabalho, encontra-se em andamento a elaboração de uma cartilha educativa como instrumento didático para a escola e a comunidade. Trata-se de um material didático pensado coletivamente, destinado ao uso nas turmas dos anos iniciais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Rildo Valadares e, também, na comunidade de Jacunday. Inicialmente, o material acentua as produções infantis resultante das oficinas pelo diálogo entre agricultores e/com as crianças, em debate sobre a roça. A ideia é de afirmação da roça como patrimônio, movimento de pertença e dos saberes dos mais velhos. A cartilha se constitui, portanto, não apenas como instrumento pedagógico, mas como um documento vivo da memória e da identidade quilombola dos agricultores de Jacunday.

Como síntese, este trabalho reafirma o papel fundamental da Educação Escolar Quilombola como instrumento de valorização dos saberes e de fortalecimento da identidade territorial quilombola às novas gerações, como é afirmado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012), cuja prática pedagógica se coaduna com as formas específicas de organização social, cultural e territorial das comunidades. Os resultados deste estudo, demonstram que a roça constitui um elemento potente nessa articulação entre escola, comunidade e território.

Nesta articulação desse tripé, a roça do quilombo de Jacunday não se encerra no ato de plantar e colher, ela é, como afirma Santos (2023), uma filosofia, uma cosmologia e um modo de existir que articula terra, sementes, comunidade e ancestralidade. O Projeto Roça de Direitos se insere nessa compreensão ao reunir agricultores/as, crianças, escola e território entorno de uma Educação Escolar Quilombola conectada com a realidade e comprometida com a continuidade da vida, da roça e do quilombo. Então, só cabe dizer que as sementes plantadas neste processo, na terra e nas mentes das crianças sigam germinando, como expressão de resistência, de identidade e de esperança para elas e às gerações que virão.

Para além dos resultados acadêmicos, essa pesquisa também representou um processo formativo significativo para a autora, sendo já pedagoga que vivencia a Educação Escolar Quilombola. As experiências desenvolvidas reafirmaram práticas que fazem parte da trajetória em curso, mas também auxiliou na compreensão sobre o papel da escola quanto a valorização do território.

Ao dialogar com as crianças e agricultores/as, foi possível compreender melhor sobre a educação que se constrói na relação com o território e com a ancestralidade. Assim, enquanto pedagoga, cabe o compromisso com o fortalecimento de práticas educativas contextualizadas que dialoguem com a realidade quilombola e promovam identidade, pertencimento e resistência.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2021**. Define diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: MEC/CNE, 2012.

CARDOSO, Joel Henrique. **Conservação da Sociobiodiversidade por meio de safes biodiversos e complexos**. 2011. Disponível em: <HTTP://WWW.SLOWFOODBRASIL.COM>. ACESSO EM: 03 FEV 2026

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade**. Revista Lusófona de Educação, núm. 6, 2005, pp. 15-29 Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34900602>

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

INSTITUTO PERPETUAR. **Projeto Roça de Direitos: Agricultura, Trabalho Digno e Educação Ambiental Quilombola**. Instituto Perpetuar: Moju, 2025. Material mimeografado.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MORAES, Richelly Valadares. **Discussão sobre a diversificação produtiva na agricultura familiar da comunidade quilombola de Jacundaí (Moju-PA)**. Trabalho de Conclusão de curso (Licenciatura em Educação do campo) – Universidade Federal do Pará, Tomé Açu, PA, 2018.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 2002.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer: saberes tradicionais, agroecologia e a luta por território**: São Paulo: Ubu editora, 2023.

SENA, Viviane Caroline Valadares: **O resgate da identidade quilombola na Escola Municipal Professor Rildo Valadares, na comunidade de Jacundai (Moju-Pa)**. Trabalho de Conclusão de curso (Licenciatura em Educação do campo) – Universidade Federal do Pará, Tomé Açu, PA, 2018.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

## **ANEXO I: ROTEIRO DE ENTREVISTA - AGRICULTORES**

### Dados Gerais

- I. Idade:
- II. Escolaridade:

### **Questões da Pesquisa**

- III. Como é seu trabalho na agricultura/roça? Quanto tempo atua?
- IV. Como é seu trabalho na roça com o SAF e antes como era (dificuldades)?  
Cultivos e produtos.
- V. Qual o diferencial de trabalhar com Sistemas Agroflorestais (SAFs)?  
(Frutíferas, culturas alimentares, plantas medicinais, árvores nativas etc.; quais mudanças você percebe – produção e diversificação ou melhoria na qualidade dos alimentos)
- VI. Como tem sido as orientações, formações ou apoios para implantar o SAF?
- VII. Como passou a entender a roça com/após o SAF? (trabalho na roça)
- VIII. Como percebe a questão da segurança alimentar com/após o SAF?
- IX. Quais outras mudanças, atribui com/após o SAF? (renda ou qualidade de vida da família)
- X. Como percebe a participação ou não das crianças no trabalho na roça?
- XI. Qual sua opinião sobre a relação entre a roça e a escola? (saberes, quilombo, território)
- XII. O que você diria para outros agricultores que ainda não trabalham com SAFs?
- XIII. Gostaria de acrescentar algo sobre sua experiência com os SAFs e para a educação das crianças?